

225 31  
m



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR : **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO : **RECURSO DE AGRAVO**  
PROCESSO : **156406-3/01**  
COMARCA : **RECIFE/PE - 29ª VARA CÍVEL**  
AGRAVANTE(S) : **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**  
AGRAVADO (S) : **REIZE KIRZNER**  
RELATOR : **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO, COM BASE NO ART. 557, CAPUT, DO ESTATUTO PROCESSUAL CIVIL, VEZ QUE ALÉM DA MATÉRIA SE CONFLITAR COM REMANSOSA JURISPRUDÊNCIA DO STJ, O AGRAVO DE INSTRUMENTO JÁ TINHA PERDIDO O SEU OBJETO, DADO O DETALHE DE QUE A DECISÃO AGRAVADA HAVIA SE CONSUMADO - NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **RECURSO DE AGRAVO** nº **0156406-3/01**, interposto por **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL** contra **REIZE KIRZNER**, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO**, em conformidade com os termos do voto do Relator e notas taquigráficas que passam a fazer parte integrante do acórdão.

Recife, 15 de 12 de 2009.

  
Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator

256 32  
w



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR : **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO : **RECURSO DE AGRAVO**  
PROCESSO : **156406-3/01**  
COMARCA : **RECIFE/PE- 29ª VARA CÍVEL**  
AGRAVANTE(S) : **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**  
AGRAVADO (S) : **REIZE KIRZNER**  
RELATOR : **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**RELATÓRIO**

**COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos, por seu bastante procurador, interpôs o presente **RECURSO DE AGRAVO**, desafiando decisão terminativa desta Relatoria, que houve por **NEGAR SEGUIMENTO** ao Agravo de Instrumento de nº 156.403-3, por ela manejada, donde, entre outros fundamentos, entendi que o aludido recurso além de ir de encontro à remansosa jurisprudência, perdera efetivamente o seu objeto, visto que a parte Agravada já havia levantado os valores exeqüendos.

Irresignado com os termos do *decisum*, sustenta a parte Agravante que a hipótese em comento trata de execução de *astreinte*, donde o cálculo que fora confeccionado pelo Agravado contemplou a incidência de correção, juros de mora e demais encargos que culminaram em excesso de execução.

Acrescenta, ainda, que tomando em consideração que se trata de cumprimento de sentença de parte acessória, já que se trata de hipótese de execução de *astreinte*, cuja sentença proferida no processo originário ainda se encontra em fase de recurso, estaria caracterizado o perigo de lesão grave e de difícil reparação a que estaria sujeita, caso viesse a ser obrigada a depositar em juízo.

227 33  
m

Por fim, alegou que o levantamento da quantia exeqüenda não decretaria a perda de objeto do presente recurso, uma vez que a decisão que apreciou o impugnação ao cumprimento de sentença ainda estaria passível de reforma por este Tribunal.

Requeru, então, fosse exercido o juízo de retratação, ou, em caso contrário, fosse o presente recurso enviado à mesa de julgamento.

É o relatório.

Recife, 15 de 12 de 2009.

**SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Des. Relator

228 34  
m



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR : **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO : **RECURSO DE AGRAVO**  
PROCESSO : **156406-3/01**  
COMARCA : **RECIFE/PE- 29ª VARA CÍVEL**  
AGRAVANTE(S) : **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**  
AGRAVADO (S) : **REIZE KIRZNER**  
RELATOR : **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**VOTO DO RELATOR**

Passando a analisar os autos do presente Recurso de Agravo, tenho que não há elementos novos que me façam reconsiderar de minha decisão, a qual passo a transcrever, a fim de possibilitar melhor compreensão deste órgão julgador, senão vejamos :

*"....Penso que a decisão vergastada não merece qualquer reparo, até mesmo porque à luz do que dispõe o art. 475-J, Caput c/c o seu § 1º do Estatuto Processual Civil, a segurança do juízo é pressuposto indispensável à admissibilidade de Impugnação ao Cumprimento de Sentença.*

*Nesse sentido, vem se pautando a jurisprudência de nossos Tribunais, senão vejamos alguns arestos jurisprudenciais :*

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO.** A segurança do juízo é pressuposto para a apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença. Inexistente o prévio depósito, de ser mantida a decisão de rejeitou liminarmente o incidente. **AGRAVO NÃO PROVIDO. UNÂNIME.** (Agravo de Instrumento Nº 70027242767, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Bernadete Coutinho Friedrich, Julgado em 29/01/2009).

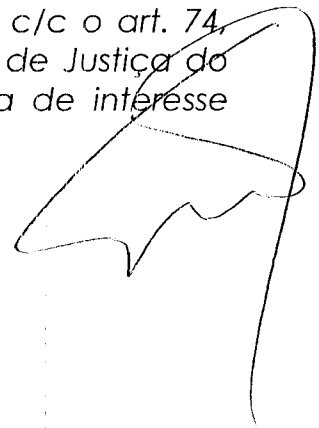
**AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PAGAMENTO PARCIAL – INCIDÊNCIA DE MULTA SOBRE O RESTANTE – IMPUGNAÇÃO – DEPÓSITO DO VALOR EXECUTADO – SEGURANÇA DO JUÍZO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.** Havendo pagamento parcial do valor executado dentro do prazo legal, a multa prevista no art. 475-J incidirá sobre a diferença entre o valor depositado e o pretendido no cumprimento de sentença. **O depósito ou penhora são pressupostos processuais para o oferecimento de impugnação.** ( TJMS – AG 2007.030332-3/0000-00 – Campo Grande – Rel. Des. Julizar Barbosa Trindade – J. 22.01.2008 ). Grifos nossos.

Outrossim, abstraindo-me dessa questão, e, procedendo à consulta ao Sistema JUDWIN do Tribunal de Justiça, no que tange ao andamento do feito, constatei que a discussão travada no presente agravo já se encontra flagrantemente prejudicada, tendo em vista o detalhe de que o cumprimento de sentença já se consumou, inclusive, com a expedição de alvarás em favor do exeqüente, desde o dia 24 de setembro de 2007, tendo sido remetido ao Arquivo desde o mês de Dezembro de 2007.

Ora, tomando em consideração que a pretensão estampada no presente agravo de instrumento, visava suspender os termos da decisão combatida, evitando assim a liberação do valor exeqüendo, e, que o mesmo já foi devidamente liberado, como, aliás, dá conta as informações constantes no sistema do JUDWIN do TJ/PE, resta claro que o presente recurso perdeu o seu objeto.

Destarte, diante dessa informação superveniente, o Agravo de Instrumento sub-judice se encontra manifestamente prejudicado.

Posto isto, com essas considerações, **NEGO SEGUIMENTO** ao presente Agravo de Instrumento, em conformidade com o que dispõe o art. 557 do Estatuto de Rito c/c o art. 74, inciso VIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em face da perda de interesse processual superveniente.



230 36  
m

À luz de tais considerações, e, como disse antes, não enxergando qualquer fato novo que possa ensejar a modificação de minha decisão, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente Recurso de Agravo.

É como voto.

Recife, 11 de 12 de 2009.

  
**SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Des. Relator